

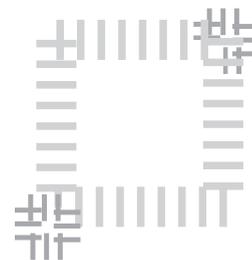
# O TCU mapeia gastos de TI para evitar crimes

A secretaria de fiscalização de tecnologia da informação (Sefti), criada pelo Tribunal de Contas da União no final de 2006, está fazendo um levantamento detalhado de como o governo federal gasta com TI. A partir desse levantamento, os funcionários da Sefti devem criar um método de trabalho para encontrar falhas em contratos e falhas nos sistemas, informa Cláudio Castello Branco, secretário.

Nos planos da Sefti, está um banco de dados com normas atualizadas e jurisprudência sobre a área de TI. Com base nesse banco de dados, Castello Branco espera ter a capacidade de criar um jeito de acompanhar as licitações o tempo todo.

Compras e contratos malfeitos levam a falhas como as que existem no sistema de administração de pessoal (Siape), que controla as informações sobre empréstimos feitos a funcionários públicos, com desconto na folha de pagamento. Há máfias especializadas na exploração desse sistema, informam fontes do TCU; elas prejudicam os servidores.

(TI & Governo - 13/02)



## Acordo une TCU e CNJ

O **Tribunal de Contas da União (TCU)** vai ajudar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a fiscalizar irregularidades de tribunais de Justiça nos estados. Uma parceria firmada ontem entre a presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ellen Gracie Northfleet, e o presidente do TCU, **Walton Rodrigues**, prevê cooperação no suporte logístico e de pessoal e troca de informações entre os dois órgãos.

A decisão de juntar forças vai ajudar, por exemplo, o CNJ a apurar processos contra juízes nos estados. Hoje, o órgão depende de informações que são passadas de forma voluntária pelos tribunais estaduais. A idéia surgiu quando o TCU colocou à disposição do Conselho seus auditores para apurar informações sobre um desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas. “O TCU vai nos ajudar bastante nesse sentido, já que o cidadão tem o direito de saber como é aplicado o dinheiro de seus impostos”, disse Ellen Gracie.

Na mesma sessão, a ministra divulgou que o conselho adiou o exame das justificativas de oito Tribunais de Justiça contra o corte no salário dos desembargadores que recebem acima do limite de R\$ 22.111,15, que ocorreria ontem. Os integrantes decidiram esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em que a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) tenta derrubar o subteto dos Estados para que desembargadores recebam até R\$ 24,5 mil, a remuneração dos ministros do STF. (FG)

(Correio Braziliense - DF - 14/02)

